



ESTADO CAPITALISTA *VERSUS* CAMPESINATO: REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE

Ana Roberta Duarte Piancó

Francisco Wlirian Nobre

RESUMO

O Presente artigo objetiva discutir as relações contraditórias entre o Estado capitalista e o campesinato caririense. Tomamos como ponto de partida o período colonial para contextualizar historicamente as principais ações do Estado em diferentes momentos de invasões, apropriações e lutas pela propriedade das terras entre as populações locais, como índios e camponeses contra invasores portugueses e aqueles oriundos de outros estados do Nordeste. O método adotado foi o materialismo histórico dialético, por entendermos que a análise se baseia nos processos e não nas coisas acabadas. Os instrumentos de pesquisa, de cunho eminentemente qualitativo, contou com um levantamento bibliográfico além da sistematização do conhecimento acumulado através de vivências e experiências que os autores acumularam ao longo de suas caminhadas. É fato que os camponeses foram aos poucos sendo esmagados pelo poder do Estado devido à dificuldade de unificação de suas pautas, contudo, é indiscutível a resiliência do campesinato na questão agrária brasileira, conforme veremos nas lutas e resistências, passadas e atuais dos camponeses caririenses.

PALAVRAS-CHAVES: Estado Capitalista. Campesinato. Questão agrária. Cariri cearense.

CAPITALIST STATE *VERSUS* CAMPESINATO: REFLECTIONS ABOUT THE AGRARIAN ISSUE IN THE CARIRI CEARENSE REGION

ABSTRACT

The present article aims to discuss the contradictory relations between the capitalist state and the caririense peasantry. We took the colonial period as a starting point to historically contextualize the main actions of the State at different times of invasions,

appropriations and struggles for land ownership among local populations, such as Indians and peasants against Portuguese invaders and those from other states in the Northeast. The method adopted was historical dialectical materialism, as we understand that the analysis is based on processes and not on finished things. The research instruments, of an eminently qualitative nature, had a bibliographic survey in addition to the systematization of the knowledge accumulated through the experiences that the authors accumulated during their walks. It is a fact that the peasants were gradually being crushed by the power of the State due to the difficulty of unifying their agendas, however, the resilience of the peasantry in the Brazilian agrarian issue is indisputable, as we will see in the struggles and resistances, past and current of the caririense peasants.

KEYWORDS: Capitalist State. Peasantry. Agrarian Issue. Cariri Cearense.

INTRODUÇÃO

A partir do século XVII as revoluções burguesas ocorridas no continente europeu forjaram profundas transformações econômicas, culturais e sociais através de um novo ordenamento jurídico que tinha como base a formação dos Estados modernos. Embora não tenhamos a pretensão de fazer uma discussão sobre as teorias do Estado, partimos desse marco teórico, de formação do Estado capitalista e seus desdobramentos nos países que passaram a ser dominados por essa nova forma de conceber o mundo.

Neste artigo procuramos recuperar algumas contribuições teóricas do marxismo acerca de uma discussão que possibilite uma melhor compreensão do Estado capitalista no que se refere aos processos sociais contemporâneos. Com uma proposta de análise dialética enfocando as contradições postas pelo Estado capitalista nos apoiando no materialismo histórico para entender as causas de desenvolvimentos e as mudanças que ocorrem na sociedade.

Ao longo da expansão capitalista no campo brasileiro o Estado tem se mostrado como uma instituição essencial para a compreensão da questão agrária. Ao surgir como um poder aparentemente neutro, que se coloca acima das contradições das classes sociais, o Estado em diferentes situações históricas interviu para manter o campesinato dentro da ordem capitalista. Muito embora essa intenção dominante tenha logrado êxito a resposta camponesa que se deu através de lutas, resistências e batalhas sangrentas contra todas as formas de expropriação e opressão que o desenvolvimento capitalista produziu.

A partir desta premissa, este artigo objetiva discutir as relações contraditórias entre o Estado capitalista e o campesinato caririense. Tomamos como ponto de partida o período colonial e ainda que de forma superficial, demonstramos as principais ações do

Estado em diferentes momentos históricos e como os camponeses disputaram esse antagonismo. É fato que os camponeses foram aos poucos sendo esmagados pelo poder do Estado devido à dificuldade de unificação de suas pautas, contudo, é indiscutível a resiliência do campesinato na questão agrária brasileira, conforme veremos nas lutas e resistências passadas e atuais dos camponeses caririenses.

Nesse processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, onde a história do campesinato é marcada pela violência e pelo conflito de classe, o método adotado foi o materialismo histórico dialético, por entendermos que a análise se baseia nos processos e não nas coisas acabadas. Os instrumentos de pesquisa, de cunho eminentemente qualitativo, contou com um levantamento bibliográfico além da sistematização do conhecimento acumulado através de vivências e experiências que os autores acumularam ao longo de suas caminhadas.

O recorte territorial escolhido é o Cariri cearense, região sul do estado do Ceará, que foi denominado por Manuel Correia de Andrade (2005) como uma área de contraste em relação às áreas vizinhas devido à diversidade ambiental determinada pela topografia da Chapada do Araripe. É a Chapada do Araripe responsável pela sazonalidade de chuvas que forma um oásis cercado pelo semiárido nordestino. É neste território de favorabilidade e da formação climática que milhares de trabalhadores livres migraram, sobretudo nos séculos XVIII e XIX e se juntaram aos descendentes dos índios Cariris e das populações negras e travaram conflitos com os grandes latifundiários.

Figura 1 – Chapada do Araripe – Flona



Fonte: <https://viajenachapada.wordpress.com/a-chapada-do-araripe>.

Nesse contexto, esse artigo, além dessa introdução está estruturado em seis partes divididas em diferentes tempos, espaços e sujeitos sociais tendo em comum a contraditória relação do Estado com o campesinato. Para cada parte demonstramos uma breve caracterização da discussão teórica da forma do Estado que vai sendo acompanhada de um fato ocorrido na região do Cariri cearense.

A primeira parte refere-se ao Estado colonial, gênese do Estado capitalista, período marcado pela apropriação das terras brasileiras pelo colonizador europeu. No Cariri, o processo de apropriação das terras através do sistema de sesmarias teve os povos Cariris como os protagonistas de intensas batalhas contra a usurpação de seus territórios. Essas guerras contra os povos indígenas, em que se destaca a Guerra dos Bárbaros, representa, sobretudo, no final da colônia a gestação do campesinato caririense.

No segundo momento apresentamos o Estado imperial, período de independência formal ou jurídica, sem, no entanto, alterar a dependência econômica e cultural. Com uma série de revoltas populares e camponesas destacamos os dois episódios mais relevantes desse período: a abolição da escravidão, em 1888, e a criação da Lei de Terras em 1850. O desenvolvimento do campo teve como base a expansão da agricultura capitalista baseada na monocultura para exportação e na consolidação do latifúndio.

O terceiro período refere-se ao Estado na República Velha momento marcado por uma violenta disputa de poder e dominação dos coronéis, que simbolizavam a presença/ausência do Estado nos sertões nordestino. Os camponeses reagiram a esse processo de diferentes maneiras: se refugiando no misticismo religioso ou através do banditismo social vivendo como marginais dispersos em bandos por todo o território nordestino.

O início da quarta periodização que defendemos corresponde ao momento histórico denominado de Estado Desenvolvimentista iniciado por Getúlio Vargas no ano de 1930 até o final da ditadura militar marcado por elevadas taxas de crescimento econômico e modernização do campo. É o período de ascensão da burguesia e da consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social e da criação de novas formas de organização que passaram a ser objeto de disputa seja pela Igreja ou por partidos políticos.

No final do século XX uma nova racionalidade econômica passou a dominar o mundo sob o discurso da doutrina neoliberal repercutindo no espaço agrário através do

chamado Novo Mundo Rural que buscou inserir o camponês no seio do mercado capitalista. Mas esse período, aqui demarcada como o Estado Neoliberal também foi abalizado por um momento de marginalização, criminalização e violência aos camponeses que foi respondida com um processo de espacialização e territorialização da resistência através de ocupações de terra.

Finalizamos a pesquisa destacando, o Estado Neodesenvolvimentista, período de avanço técnico na produção agrícola e um conjunto de macros programas estatais que desencadearam uma nova onda de conflitos territoriais. É nesse momento histórico que o Cariri se torna um eixo de desenvolvimento para expansão do capital, mas que também demonstra um campesinato vivo que (re) existe simultaneamente as contradições da expansão do capital.

Enfim, tecemos algumas considerações finais destacando a importância das lutas e resistências produzidas pelos camponeses da região do Cariri cearense. São estratégias que essas populações construíram coletivamente como uma necessidade de sobrevivência diante de um Estado opressor. Enfatizar essas lutas e resistências é apostar em novas formas de pensar e atuar politicamente não apenas para perceber a relação entre passado e presente, mas também para olhar para o futuro contribuindo num debate que possibilite a construção de propostas contra hegemônicas e que seja efetivamente exequível para as populações do campo.

1. ESTADO COLONIAL

O Estado Moderno, aqui entendido como Estado capitalista teve o seu nascimento determinado por novas relações econômicas que se estabeleceram nas ruínas da Europa feudal. Para John Locke, (2002) a propriedade privada é um dos fundamentos centrais da gênese do Estado e todo o arcabouço jurídico constituído deveria protegê-la para que fossem garantidas as novas relações mercantis e que todos os antagonismos de classe fossem mediados e mantidos dentro dos limites da ordem. O Estado, portanto, não foi um poder que se impôs, foi um produto dessas mudanças sociais e a propriedade privada, gênese desse processo, impulsionou mudanças na divisão social do trabalho e na criação de novas necessidades sociais.

Essa organização jurídica europeia estava afinada com as novas transformações socioeconômicas do nascente sistema capitalista que impôs o desejo de oprimir os povos e explorar a natureza e em nome do “direito” à propriedade privada acumular

riqueza. É nesse contexto que o empreendimento colonial montou uma estrutura socioeconômica na América Latina para que todas as riquezas fossem extraídas e nem as lutas e resistências dos povos nativos americanos conseguiram atenuar o poder material e simbólico dessa nova organização societária.

A partir daí começa a ser contada uma versão da história oficial do Brasil, contada a partir da chegada do colonizador que, levaria a nova civilização, aos chamados povos bárbaros. No entanto, olhando “desde baixo”, a marca desse período foi o genocídio dos povos originários para limpar a terra, estima-se que pelo menos cinco milhões de índios tenham sido exterminados, tribos inteiras migraram para o interior do território para se livrarem da terrível dominação, outros imprimiram uma heroica resistência.

Segundo Faoro (1959) o processo de colonização da América portuguesa já estava imbuído de um espírito capitalista. A noção de estamento burocrático desenvolvida pelo autor evidencia que a máquina política-administrativa do Estado português estava orientado por comerciantes capitalistas e outros agentes do capital. Ainda que no seio do Estado oligárquico luso-brasileiro a classe dominante subordinada apresentasse traços e comportamentos pré-capitalistas o predomínio de uma economia primário-exportadora se expressava na sua forma capitalista.

A partir dessa interpretação e considerando esse sistema como expansivo, destrutivo e opressor, os conflitos entre colonizadores e povos nativos foram inevitáveis. Andrade (1989) explica que no Nordeste brasileiro a invasão de terras e a ocupação dos sertões ocorreram com lutas e batalhas sangrentas, a maior delas ficou conhecida como a Guerra dos Bárbaros ocorrida no final do século XVII se estendendo até o século XVIII. A guerra foi liderada pelos Cariris, uma das etnias que habitavam a região do Cariri cearense:

[...] os Cariris confederados em numerosas tribos, que destruíram fazendas de gado na área ocupada pela pecuária. O avanço dos pecuaristas fizera recuar os índios para as áreas montanhosas e os privara dos terrenos de caça. Os indígenas, por sua vez, caçadores por excelência, encontrando em suas terras os bovinos e caprinos trazidos pelos fazendeiros, passaram a caçá-los como caçavam os animais silvestres, provocando a reação dos fazendeiros, que os acusavam de roubar os animais. Dai veio a luta, que durou cerca de 41 anos (1683 a 1724) e só foi concluída com a vitória dos fazendeiros, que contataram bandeirantes paulistas, familiarizados com a caça ao índio, para os defender (ANDRADE, 1989, p.9).

médio São Francisco até a região que passou a ser chamada de Cariris Novos. Viviam por territórios com outros povos que transitavam atraídos pela abundância de água, solos férteis e florestas com inúmeras frutas nativas. No início do século XVIII com o avanço da expansão colonialista os conflitos nos Cariris Novos foram se acentuando com o aval do Estado luso-brasileiro. Oliveira (2017) explica que expedições militares e campanhas bélicas particulares foram planejadas, organizadas e executadas para exterminar esses povos: Diante desse panorama, outras mais foram (expedições militares) financiadas pelo governo da Capitania do Ceará, onde a primeira, teve lugar em 1708 outra em 1713 sob o comando, do Coronel João de Barros Braga, com uma cavalaria vestida de couro, como os vaqueiros, muitos deles conhecedores da geografia daqueles espaços e das táticas indígenas adentraram, pelo Jaguaribe até o Cariri, matando todos os indígenas que encontrou pelo caminho, sem distinção de sexo ou idade (OLIVEIRA, 2017, p.125).

Enquanto tombavam os últimos baluartes nos sertões “bárbaros” as doações de sesmarias se intensificavam na região. Pinheiro (2010) afirma que, embora os primeiros núcleos povoadores datem do final do século XVII, foi simultaneamente ao massacre dos povos *Kariris*¹, no início do século XVIII que as primeiras sesmarias foram oficialmente doadas e o elemento colonizador tenha se estabelecido. “Entre 1679 – 1699, num período de vinte anos, foram doadas duzentos e sessenta e uma sesmarias o que representa uma média de treze cartas por ano. No período seguinte, entre 1700 e 1740, num espaço de quarenta anos, foram doadas um mil e setecentos sesmarias, representando uma média de quarenta e duas sesmarias por ano” (JOSÉ PINHEIRO, 2007, p. 30).

Morrer, se converter a fé católica, aculturar ou se tornar escravo era as alternativas para os povos indígenas. Em meio à tamanha atrocidade à escravidão indígena foi extinta em 1757, período que a escravidão negra oriunda do continente africano se consolida². No entanto, da mesma forma que os nativos da América portuguesa, os negros africanos resistiram à opressão e dominação do colonizador. O quilombo, entre outras formas de luta e resistência, foi uma das mais significativas

¹ Nos trabalhos pesquisados encontramos duas nomenclaturas para designar a etnia Kariri/Cariri. Para o presente trabalho utilizaremos Cariri.

² A cana-de-açúcar representava a principal atividade econômica do Cariri e concomitantemente as populações negras se tornaram uma das principais fontes de riqueza na região. Andrade (2005) afirma que no ano de 1765 o Cariri possuía aproximadamente 37 engenhos e a atividade estava em franca expansão. A pecuária, o algodão e mandioca também eram expressivos.

estratégias contra a opressão da classe dominante luso-brasileira. O quilombo é a expressão de um território de resistência e de liberdade que além dos negros viviam índios, mestiços e brancos empobrecidos.

As autoridades coloniais não admitiam que negros fugitivos desafiassem a ordem pública estabelecida colocando em questão o sistema produtivo colonial. O problema não era apenas a perda da mão de obra, o que estava em jogo, era a ameaça de toda organização socioeconômica que dependia da escravidão. Não obstante, o Estado luso-brasileiro engrossou as fileiras repressivas e combateu sistematicamente os quilombos. No Cariri cearense as lutas e resistências das populações negras estão materializadas na Comunidade Serra das Chagas, comunidade Arruda e comunidade Sousa, nos municípios de Salitre, Araripe e Porteiras, respectivamente³.

No alvorecer do século XIX a estrutura colonial agonizava diante da influência do capitalismo comercial exercido por outras nações. Diante de profundas mudanças políticas e econômicas não havia, no dizer de Fernandes (2006), uma racionalidade essencialmente capitalista na classe dominante luso-brasileira. Na verdade, os latifundiários escravistas representados na figura do senhor do engenho eram patrimonialistas, não era um burguês e ocupava uma posição secundária no processo de mercantilização da produção agrária.

2. ESTADO IMPERIAL

O processo de independência do Brasil não representou efetivamente mudanças nas relações do Estado com as populações subalternizadas. Não houve, portanto, rupturas das estruturas coloniais e as classes menos favorecidas não obtiveram por parte do Estado nenhum sinal de melhora, exceto quando eles próprios lutaram para conquistar (ANDRADE, 1989). Na verdade, o processo de “Independência” burocratizou a dominação patrimonialista se efetivando um liberalismo conspurcado que paradoxalmente convivia com a escravidão.

Sobre essa contraditória relação Domenico Losurdo (2006), em contraposição a grande maioria dos teóricos da economia política, afirma que a liberdade pregada no liberalismo, sobretudo em sua fase dominante, no século XIX, conviveu sem nenhum

³ De acordo com Mapeamento das comunidades Negras e Quilombolas do Cariri Cearense (2010) são mais de 20 comunidades quilombolas na região do Cariri cearense, no entanto, apenas três tiveram seu certificado como sendo Remanescente de Quilombos expedidos pela Fundação Cultural Palmares. Outras três encaminharam o pedido e as demais estão em processo de reconhecimento.

problema, com o apogeu da escravidão. Esse paradoxo, também observado por Karl Marx (1985) evidencia que a escravidão como mercadoria, assim como a defesa intransigente da propriedade privada não passa de um eufemismo. Expropriação seria a palavra mais adequada para elucidar o processo de cercamentos das terras comuns, a destruição das vilas camponesas europeias e a perseguição, prisão e punição aos camponeses que fugiram para as cidades.

No Brasil, em especial na região do Nordeste, o advento do modelo imperial, além de não significar mudanças estruturais na sociedade foi marcado por violentas repressões e métodos brutais contra populações camponesas. Revoltas sociais como a Guerra dos Cabanos, de 1831 a 1836, iniciada com o protagonismo de trabalhadores rurais empobrecidos, pequenos proprietários, índios e escravos; a Balaiada, ocorrida no Maranhão, de 1838 a 1841, liderada por trabalhadores pobres, mestiços e escravos contra a opressão exercida pelo governo imperial e a Revolta dos Malés, na Bahia, em 1835, desencadeada por escravos contra a grave situação a que eram submetidos.

Com esse cenário explosivo de revoltas populares sacudindo a região Nordeste⁴ milhares de camponeses migraram para áreas mais distantes abrindo posses e formando pequenas comunidades camponesas que foram favorecidas pela grande quantidade de terras devolutas⁵. Óbvio que a subversão da ordem dominante pelos camponeses, seja nas revoltas populares, seja na fuga para o interior e abertura de posses deveria ser urgentemente contida pelo Estado imperial.

Uma das estratégias foi à promulgação da Lei nº 601, em 1850, conhecida como a Lei de Terras, que instituía um novo regime fundiário proibindo a abertura de novas posses estabelecendo que a aquisição de novas terras, exclusivamente ocorreria por meio de compra. Evidentemente que o Estado imperial antecipava-se ao iminente fim da escravidão, se os escravos livres adquirissem posses, engrossando as massas camponesas, o poder da classe dominante estaria sob ameaça. Essa ordem legal favorecia os latifundiários em dois aspectos: transforma o monopólio sobre o escravo em monopólio sobre a terra e evita que os camponeses se deslocassem para novas áreas abrindo novas posses (MARTINS, 1995).

A terra passou a ser tratada como instrumento de poder e riqueza. Enquanto a terra foi livre o trabalho foi escravo, mas com o Estatuto da Terra e a abolição da

⁴ O processo de migração se intensificou com a abolição do sistema de sesmaria em 1824.

⁵ A concessão da sesmaria não significava a propriedade da terra, somente com a produção sob os requisitos do Estado português é que o sesmeiro garantia a legitimação de sua propriedade.

escravidão o trabalho foi considerado livre e a terra se tornou escrava. Sem alterar as estruturas de poder permaneceu um processo de coerção e exploração do trabalhador rural. O Estatuto da Terra e a abolição da escravidão fizeram do camponês um ser duplamente excluído: “[...] da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial” (MARTINS, 1995, p.38).

Andrade (1989) observa que em regiões distantes dos núcleos urbanos os efeitos dessas medidas foram ainda mais impactantes. Na região do Cariri os escravos libertos foram abandonados e se embrenharam no meio das matas praticando uma economia de auto abastecimento, alguns, se tornaram moradores dos engenhos, outros foram trabalhar nas fazendas de gado e se transformaram em vaqueiros sendo submetidos a duras condições de trabalho e submissão.

Essa massa de deserdados em sua maioria descendentes dos índios, negros e mestiços, excluídos do direito de posse, se transformaram em moradores de condição ou, muitas vezes, capangas dos coronéis caririenses. Esses camponeses que formavam os exércitos particulares dos grandes proprietários e participaram ativamente de vários conflitos que ocorreram na região durante o período imperial.

Dois desses conflitos chama a atenção, pela área em disputa, trata-se da encosta da Chapada do Araripe, sobretudo nos municípios de Crato, Barbalha e Missão Velha. Com a expansão da cana-de-açúcar na área das fontes de água, os camponeses quando não expropriados pelos supostos donos das terras e das águas das fontes tomavam partido entre esses proprietários.

Em 1854 o governo imperial teve que intervir no sentido de estabelecer a partilha da água das fontes. Nesse mesmo espaço/tempo os produtores de cana-de-açúcar entraram em disputa com os criadores de gado que os deixavam solto na área da encosta usando as águas das fontes. Essa disputa que envolvia vaqueiros e moradores foi somente resolvida em 1854 quando, a Câmara do Crato estabeleceu a resolução nº 640, art. 50, criando uma linha divisória entre os cultivos agrícolas e as áreas destinadas a criação (PINHEIRO, 2010).

Essa relação entre camponês/morador/capanga com os donos das terras e das águas da encosta da Chapada do Araripe transcendia as relações de trabalho. Havia, na verdade, uma ligação íntima em que o camponês era simultaneamente protegido e subordinado. A moradia de favor na casa de um poderoso chefe local ainda hoje é uma expressão orgulhosamente defendida por alguns como um laço que vai muito além da

terra. Morar na terra alheia sem pagar a renda já expressa um débito para o camponês, se ali ele está protegido é preciso então defender a propriedade do patrão nem que seja com armas.

3. ESTADO NA REPÚBLICA VELHA

Com o fim do período Imperial e início da República novas relações políticas e econômicas afetaram repentinamente a organização do espaço agrário nordestino. Os líderes políticos, quase todos latifundiários, ficaram mais poderosos com ascensão de chefes políticos regionais e municipais. No novo sistema político esses homens poderosos foram sendo graduados conforme exerciam sua influência. O controle no sistema eleitoral e a disposição de seus exércitos de jagunços, fortalecidos nos primeiros anos do século XX, foram usados para aumentar ainda mais o prestígio e poder para expropriar terras, exterminar inimigos e expulsar os camponeses de suas posses.

Nesse quadro marcado por violência e opressão o coronel figura como a materialização do Estado. Foi esse Estado presente/ausente que o misticismo da religiosidade popular ou o banditismo social se tornaram saídas imediatas e às vezes necessárias para o campesinato. No Cariri esses fenômenos foram explícitos num fantástico ocorrido que ficou conhecido como o Milagre de Juazeiro, em 1889. Tendo o Padre Cícero como figura central e com isso a região em pouco tempo passou a ter grande fluxo migratório. Os retirantes de toda a região nordestina, em sua maioria, camponeses explorados chamados de romeiros, chegavam à cidade e sob as recomendações do padre foram se fixando na região promovendo um verdadeiro reordenamento territorial na região.

Entre os peregrinos devotos surgiram inúmeros beatos como José Lourenço que imbuídos de um forte espírito de liderança formou uma comunidade de camponeses livres, chamada de Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (RAMOS, 2007). Fugindo da opressão e exploração os camponeses liderados pelo beato e orientados pelo Padre Cícero conquistaram um território livre da dominação e da submissão onde a fraternidade e a comunhão entre os habitantes constituíam uma verdadeira comunidade.

Enquanto os romeiros aumentavam a população do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, desenvolvendo uma percepção de mundo antagônica ao poder dos coronéis, o Estado apoiado pela Igreja e pelos latifundiários⁶ tramou a dissolução da comunidade. Sem a proteção de Padre Cícero, que faleceu em 1934, o Estado autorizou expedições militares, incluindo bombardeio aéreo, para exterminar a comunidade em 1936. Embora a existência ou não de um genocídio não seja consenso entre os historiadores que

⁶ Enquanto os coronéis perdiam sua farta e barata mão de obra, a Igreja não admitia um catolicismo popular, não reconhecido pela Igreja oficial.

centenas de camponeses fugiram e se embrenharam nas florestas da Chapada do Araripe. Apesar de um grande esforço por parte do Estado, da Igreja e dos coronéis para apagar a memória do caldeirão ela permanece viva como símbolo de resistência camponesa.

Contudo, a violência do Estado na República Velha contra camponeses que carregavam a Bíblia e a cruz foi respondida também com mais violência, assim foi o cangaço, forma de organização em que camponeses rebeldes constituíram bandos para atacar fazendas, vilas e órgãos públicos. No Cariri, o bando chamado de “Os Marcelinos” atuou por mais de uma década na região. Segundo Peixoto Junior (2009) o bando circulou por todas as cidades do Cariri praticando roubos, sequestros, saques, extorsões e assassinatos.

Em 1928, depois de uma atuação conjunta entre as polícias do Ceará e do Pernambuco os remanescentes do bando foram capturados e presos na cadeia de Barbalha. Na madrugada do dia 14 de janeiro os prisioneiros saíram escoltados pela polícia e foram conduzidos por uma estrada deserta em direção ao Crato onde supostamente seriam enviados para a cadeia de Fortaleza, mas ao chegar num local chamado Alto do Leitão o bando foi desamarrado e todos foram obrigados a cavarem suas próprias covas, em seguida foram impiedosamente fuzilados.

Esse episódio esconde o verdadeiro vilão da história, os coronéis, que os financiava e protegia ou até mesmo contratava os serviços do bando. O cangaceiro, portanto, era o produto de uma engrenagem política injusta e corrupta⁷. O banditismo social dos “Marcelinos”, assim como, o messianismo do beato José Lourenço representaram um questionamento ao poder dos coronéis na região do Cariri. Cangaço e messianismo são dois lados de uma mesma moeda expressas pelos camponeses que ousaram enfrentar a ordem do Estado/coronéis praticando uma resistência de classe.

Esses fenômenos sociais foram formas radicais de libertação e de contestação à ordem social. Martins (1995) interpreta esses fenômenos como um movimento pré-político, na medida em que a revolta e/ou o fanatismo se expressavam como uma estratégia de fuga. Tempos depois esses movimentos foram canalizados para a organização social no movimento sindical ou no político partidário. O ambiente político se modificava pressionado por novos pensamentos econômicos e outras formas de

⁷ O camponês morador poderia se armar e se transformar em jagunço, mas se não aceitasse a submissão de um coronel poderia se transformar cangaceiro, entre ser jagunço e cangaceiro dependia da relação com o coronel.

atuação do Estado que não conseguia sustentar a mesquinha oligarquia da República Velha e seus altos subsídios à Economia Agrária. O resultado não poderia ser outro e o sistema é desmantelado.

4. ESTADO DESENVOLVIMENTISTA

No período entre guerras marcado por uma grave crise econômica que questionava a concepção liberal do Estado surge uma nova plataforma de desenvolvimento pautado no setor industrial, mineral e energético. Iniciado com Getúlio Vargas, no chamado Estado Novo em 1930, as décadas seguintes foram marcadas pelo entusiasmo do modelo desenvolvimentista.

No Nordeste a política regional buscava uma maior integração da economia ao mercado nacional tentando ampliar uma participação mais efetiva na Divisão Internacional do Trabalho. O Estado assumindo um protagonismo, nunca visto antes, através de órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, o Banco do Nordeste do Brasil - BNB e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS estabelece como uma das metas a modernização das atividades agropecuárias através da implantação de perímetros públicos irrigados e construção de um conjunto de infraestrutura hídrica e de transporte.

No Cariri, o Perímetro Irrigado da Quixabinha no município de Mauriti, implantado pelo DNOCS no início dos anos 1970, foi um dos territórios selecionados para a colonização de camponeses com objetivo de desenvolver uma agricultura irrigada moderna no município. De acordo com Pereira (2018) uma extensa área foi desapropriada e apenas vinte e quatro famílias foram escolhidas para o perímetro. Com o passar do tempo os empresários do agronegócio foram se apropriando do perímetro e na década de 1990, já ocupavam a maioria dos lotes. Hoje Mauriti com uma agricultura pujante é o maior produtor de grãos do Cariri e dos maiores do Ceará com expansão da fruticultura irrigada.

O processo de modernização do campo foi acompanhado pelo surgimento de vários movimentos no campo político que levou os camponeses ao processo de sindicalização e associativismo. A época havia uma disputa pela hegemonia da direção

da luta camponesa⁸ que envolvia o Partido Comunista do Brasil - PCB e a Igreja Católica, mas foram as ligas camponesas, surgida na zona da mata pernambucana que se tornaram a mais significativa expressão de enfrentamento e ameaça a classe dominante brasileira naquele momento histórico.

Os camponeses do Cariri tiveram uma participação ativa no processo de sindicalização com presença na I Conferência Regional dos Trabalhadores do Nordeste na cidade de Fortaleza, em 1954. Com a realização de pelo menos vinte e duas plenárias em diversas regiões o Estado reprimiu com violência os camponeses, a exemplo da plenária realizada na cidade cearense de Limoeiro do Norte marcada pela violência da polícia e o do encerramento prematuro do evento. No Cariri as plenárias ocorreram nas cidades de Crato, Assaré e Várzea Alegre garantindo a vaga de camponeses caririenses na II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas realizada em São Paulo, em 1954, ocasião que foi fundada a ULTAB.

A participação nessas conferências resultou numa melhor organização camponesa para lutar contra as injustiças dos grandes latifundiários. No Cariri, em 1956 camponeses organizaram uma greve no engenho da Bebida Nova no município do Crato. Silva (2010) *apud* Brito (2016) afirma que os trabalhadores rurais do engenho recebiam diária de doze cruzeiros, na época o salário mínimo estabelecido na cidade era de Cr\$ 60 cruzeiros. No meio do bagaço de cana os trabalhadores cruzaram os braços e enfrentaram as pressões dos feitores que sem êxito teve que ceder em favor dos grevistas que foram vitoriosos e passaram a receber Cr\$ 35 cruzeiros de diária, uma cabaça de mel, um feixe de cana e rapadura por semana.

Em meados da década de 1950 integrantes do PCB estavam no Cariri e transitaram pelas cidades de Santana do Cariri, Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Porteiras, Brejo Santo e Jardim com o objetivo de organizar a luta camponesa na região. No entanto, a Igreja Católica atuou no sentido de anular as ações do partido comunista assumindo a liderança de articulação dos camponeses e foi com apoio dessa instituição que foi fundado o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Ceará em 1962.

Através do Movimento de Educação de Base (MEB) a Igreja montou um quadro de lideranças em suas pastorais capacitando os camponeses para a luta sindical. A ELIRU – Escola de Líderes Rurais foi à expressão clara desse movimento na região

⁸ O conceito de camponês se generalizou em meados do século XX e passou a ser utilizado pelas correntes da esquerda devido à participação na luta desse grupo social como os partidos de orientação comunista.

do Cariri, que conseguiu, até 1962, fundar cinco Sindicatos dos Trabalhadores Rurais nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Várzea Alegre e Brejo Santo (BRITO, 2016).

Com o golpe militar de 64 essas organizações foram duramente reprimidas e suas principais lideranças foram presas ou executadas. Naquele momento a era desenvolvimentista da modernização do campo convivia com um dos períodos mais violentos da história brasileira numa aliança tácita dos militares com os coronéis nordestinos que teve como uma das primeiras ações a dissolução das Ligas Camponesas (FERNANDES, 2001).

Os militares patrocinaram a invasão dos territórios indígenas e quilombolas e as grandes empresas passaram a controlar as terras, dominar a produção, comercialização e industrialização dos produtos agrícolas. Usando a violência como instrumento legítimo de governar a política dominante do Estado brasileiro era exportar e desenvolver com a implantação de grandes projetos de colonização e uma agricultura voltada para exportação. Enquanto grileiros, banqueiros e industriais ocupavam desde os territórios rurais mais distantes os camponeses viam cada vez mais distante o sonho de uma revolução na estrutura agrária brasileira.

Com o processo de redemocratização, no final do século XX, o Estado desenvolvimentista, e seu papel empresarial, passou a ser objeto de muitas críticas pelos teóricos da economia política. Foi um período marcado pela ascensão do modelo neoliberal que surge num momento de discurso de crise do Estado e incertezas econômicas oriundas das ditaduras. As pressões neoliberais promoveram um conjunto de reformas estruturais que teve como principal resultado no campo a reprimarização da economia e a expansão da fronteira agrícola e das áreas mineradoras.

5. ESTADO NEOLIBERAL

Neste novo estágio do capitalismo global o poder dominante, encabeçado pelo capital financeiro, se consolida com a união entre o capitalista e o proprietário de terra, cujo objetivo era monopólio da produção, da distribuição e da industrialização da produção agrícola. Utilizando os mecanismos do Estado, que passou a ser mínimo, para as políticas sociais e máximo, para os interesses do capital, os ajustes neoliberais exerceram uma maior pressão sobre os bens naturais com apropriação privada das terras e das águas.

Com a expansão do capital no campo, sempre insaciável por mais terra, água e território, se amplia as ferramentas de marginalização, criminalização e repressão aos movimentos do campo, em especial os sem terra. Como resposta, os movimentos sociais que traziam a pauta da reforma agrária partiram para o enfrentamento. Os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás contra camponeses sem terra representaram o período trágico de um movimento que especializou-se e territorializou-se em todas as regiões do país sob o lema de ocupar, resistir e produzir⁹¹¹.

Nesse ambiente de conflito, a espacialização e territorialização da luta o MST chega à região do Cariri Cearense e ocupa o simbólico território do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto em 10 de Abril de 1991. Mais de cinquenta anos depois do massacre camponês no caldeirão a memória da luta se expressava nas famílias que ocuparam aquela terra. Eram camponeses que reivindicavam o direito negado a seus descendentes com a realização do sonho de produzir o seu sustento longe da opressão dos grandes proprietários. A ocupação representou também o resgate de uma memória de luta camponesa que o Estado, a Igreja e a classe dominante tentavam apagar.

Mas a perspicácia do Estado neoliberal não atuou somente no sentido de reprimir o campesinato, muito embora parte da classe dominante desejasse eliminar essa classe, outras estratégias foram implementadas com objetivo de empurrar os camponeses para o mercado capitalista. Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, onde, um conjunto de políticas públicas foi lançado sob o nome de agricultura familiar, com o objetivo de superar a imagem arcaica do camponês.

Através do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) um grupo de intelectuais difundiu a proposta e um modelo de pequena agricultura se tornou a voz dominante nas associações e sindicatos de trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2001). Esse novo paradigma de políticas para o campo, mediado pelo Estado e seus intelectuais orgânicos, de acordo com Fernandes (2001), expressa o chamado Novo Mundo Rural marcado pela inserção do camponês no mercado capitalista numa nova etapa do desenvolvimento que destituía o sentido histórico das lutas camponesas.

O discurso do Estado, sob as orientações do Banco Mundial, de reduzir os conflitos agrários na verdade pretendia evitar que a luta pela terra e naturalmente o enfrentamento ao capital fosse anulada. Fernandes (2001) observa que esse novo

⁹ As palavras de ordem foram mudando ao longo da caminhada, a mais marcante foi criada na década de 1990 em um dos períodos mais tensos para o movimento: *Ocupar, Resistir e Produzir*.

paradigma é um reconhecimento de que as relações não capitalistas também são importantes e necessárias para o próprio desenvolvimento do capitalismo.

O fato é que essas mudanças começaram a transformar o espaço agrário e o perfil empresarial dos novos e velhos proprietários de terra fizeram do campo um verdadeiro laboratório de políticas neoliberais inserindo novas tecnologias na produção agrícola com uma integração sob a lógica gerencial e produtivista (BRITO, 2016). Nem mesmo com a chegada de um novo ciclo econômico e político esse processo recrudesciu, na verdade se ampliou, com as políticas neodesenvolvimentistas implementadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores.

6. ESTADO NEODESENVOLVIMENTISTA

O Estado brasileiro experimentou na primeira década do século XXI um governo progressista com ampla participação dos movimentos sociais dotando o bloco dominante de uma importante parcela do capital, denominada por Matos (2017) como a esquerda do capital. Apesar de grandes avanços, sobretudo nas políticas sociais, o novo governo não conseguiu conter a lógica extrativista do modelo neoliberal e através de um conjunto de macro programas o campo foi duramente impactado com uma agenda do capital que seguiu durante uma década sem praticamente ser incomodada.

Com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, I e II, grandes obras de infraestrutura hídrica, energética, mineração e viária foram executadas. Regiões antes consideradas como espaços de reservas, como o semiárido nordestino, passaram a atrair grandes empreendimentos do capital através dos subsídios do Estado e toda a estrutura já montada. Em contrapartida, as assimetrias territoriais com uma explosão de conflitos no campo cresciam na mesma proporção que os números do PIB alavancados pelo preço das *commodities* no mercado internacional.

O Ceará, que desde a década de 1990, se preparava para se tornar um dos maiores produtores e exportadores de frutas do Brasil, dotou determinadas regiões como eixos estratégicos para essa nova plataforma de expansão do capital. O Cariri cearense, região que possui uma das maiores reservas hídricas do estado, vem se constituindo como um importante eixo de desenvolvimento a partir da territorialização de grandes infraestruturas hídricas e de transportes.

Com a produção de bananicultura irrigada, o município de Missão Velha, sobretudo no distrito de Missão Nova, área de solos férteis e abundante água no subsolo, entrou no circuito espacial e produtivo de banana se destacando como o oitavo maior produtor de banana do país (CASTRO, 2018). Com a chegada de duas empresas do agronegócio na localidade, Sítio Barreiras Fruticultura LTDA e Sítio Paraíso Verde LTDA, os camponeses seduzidos pelo glamour do agronegócio venderam ou arrendaram suas terras para as empresas e se transformaram em funcionários dessas firmas. Os camponeses que não pertencem a esse grupo sofrem com os inúmeros impactos socioambientais como a redução do aquífero e o uso excessivo de agrotóxicos. A construção da Transposição do Rio São Francisco, do Cinturão das Águas do Ceará - CAC e da Ferrovia Transnordestina são evidências concretas de que o Estado atua no sentido de promover um reordenamento territorial na agricultura caririense. Contudo, para além do crescimento econômico provocado por essas obras em várias cidades caririenses os conflitos territoriais se intensificaram a partir do processo de expropriação que esses grandes empreendimentos promovem.

Entre as dezenas de comunidades afetadas destacam-se as comunidades de Baixio das Palmeiras e Poço Dantas, em Crato, a primeira uma comunidade camponesa e a segunda uma comunidade indígena. Submetidos a expropriação promovida pelo CAC, os camponeses do Baixio das Palmeiras e os indígenas de Poço Dantas vêm travando um conflito contra o violento processo de expropriação executado pelo Estado. Abrindo várias frentes de enfrentamento e contando com apoio de movimentos sociais as comunidades realizaram denúncias aos órgãos jurídicos, fizeram dezenas de reuniões e audiências para discutir os impactos negativos da obra e se mobilizaram em diversas manifestações e passeatas pelas ruas das principais cidades da região.

É certo que o Estado neodesenvolvimentista avança redefinindo o espaço agrário caririense, age com as suas mais modernas estratégias discursivas, no entanto, embora este artigo esteja ilustrativamente dividido em partes por uma questão didática, as velhas estratégias permanecem ativas expressando as continuidades e discontinuidades de um Estado que muda superficialmente sem alterar sua estrutura sempre atuando em desfavor dos camponeses.

Um exemplo desse processo é a Comunidade Chico Gomes, que também integra a área rural do município de Crato que resiste ao regime patronal, o mesmo que dominou o Estado no Império e na República Velha. Através de ações simples como a produção de roças comunitárias, casas de sementes crioulas, preservação da cultura dos

seus antepassados com o Grupo “Urucongo de Artes”, o resgate da produção de ervas naturais com as mezinheiras que a comunidade representa uma fusão entre produção, arte e cultura, se constituindo como uma resposta de luta através da organização, resistência e resiliência dos camponeses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou questões relacionadas a diferentes momentos da história do desenvolvimento do capitalismo no campo. Demonstramos como o Estado Capitalista, mesmo com mudanças de formas políticas, não alterou sua base estrutural atuando sempre como um instrumento de classe contra o campesinato. Essa hipótese é confirmada com uma amostra de lutas e resistências a partir de um estudo teórico e práticas de campos realizadas na região do Cariri cearense.

Em cada luta camponesa, em cada processo de resistência detalhado nesse artigo, constatamos que as diferentes formas de Estado materializadas no poder político são herdadas e acumuladas no processo histórico. Como toda pesquisa nunca é conclusiva, esperamos que, essa contribuição possa desenvolver reflexões sobre a necessidade do Estado para a existência do campesinato. Certamente se o Estado capitalista fosse efetivamente um mediador dos interesses antagônicos e das contradições de classe não estaríamos falando de genocídio, massacre e expropriação, mas destacando muito mais a produção agroecológica, a cultura e a arte do campo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7º. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, M. C. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2º. ed. São Paulo: Ática, 1989.

BRITO, A. C. R. **Águas para que(m)**: grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará. Editora CRV - Curitiba, 2016.

CASTRO, C. L. F. de. **A (Re)produção do espaço pautada nas dinâmicas socioeconômicas do circuito espacial produtivo de banana em Missão Velha – Ceará**. Dissertação (2018). São Paulo: Mestrado Interinstitucional em Geografia Humana USP/URCA, 2018.

- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 6º ed. Volume 2, Porto Alegre, Globo, 1985.
- FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Artigo publicado na Revista de Cultura Vozes, S/D.
- FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001.
- LOSURDO, D. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida – SP: Editora Ideias & Letras, 2006.
- JOSÉ PINHEIRO, F. J. **Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território**. In. SOUZA, S. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4º. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- LOCK, J. **Segundo Tratado sobre o Governo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5º. ed. Petrópolis – Vozes, 1995.
- MATTOS, M. B. **Estado e formas e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- OLIVEIRA, A. U. de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos avançados, Nº 15, vol. (43), p. 196 – 206, 2001.
- OLIVEIRA, A. U. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In. CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 5º. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- OLIVEIRA, A. J. **Os Kariri-resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos do século XVIII**. Tese. Universidade Federal do Ceará – UFC: Fortaleza, 2017.
- PEIXOTO JUNIOR, J. **Bom Deveras e seus irmãos**. 2º ed. Goiânia: Kelps, 2009.
- PEREIRA, E. M. C. **Da invisibilidade ao protagonismo da agricultura familiar: uma análise a partir do semiárido nordestino**. Tese (2018). Campina Grande – PB: Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas UFPB, 2018.
- PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**. Coedição Secult/Edições URCA. (Fac-símile da edição de 1950). Fortaleza: edições UFC, 2010.
- RAMOS, F. R. L. **Juazeiro e Caldeirão: espaços de sagrado e profano**. In. SOUZA, S. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

Ana Roberta Duarte Piancó

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação PPGE – UFRN e docente da Universidade Regional do Cariri. Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária – LABGEA.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0003-0900-0106>

Email: robertapianco@hotmail.com

Francisco Wlirian Nobre

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG da Universidade Federal da Paraíba e docente na Universidade Regional do Cariri.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-6651-2645>

Email: lironobre@yahoo.com.br

Artigo recebido em 30/07 /2020 e aceito em 28 /05/ 2021